



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 01 À CARTA-CONTRATO N. 24/2019.

TERMO ADITIVO N. 01 À CARTA-CONTRATO N. 24/2019

PROCESSO SEI N. [0002306-16.2019.6.22.8000](#)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N. 24/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE/RO, E A EMPRESA AZ AMBIENTAL LTDA, PARA RECOLHIMENTO E DESCARTE DO LIXO HOSPITALAR PRODUZIDO PELA SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO ODONTOLÓGICA DO TRE-RO (SAMES).

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.331.865/0001-94, com sede na Gleba Corumbiara, setor 12, lote 58/2E, CEP 76.980-000, Município de Vilhena, Estado de Rondônia, Telefone (69) 3322-6752/3322-4626/99205-5876, E-mail: patricia.pazambiental@gmail.com e pazambientalvha@gmail.com, neste ato representada por **PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 238.885-SSP/RO e CPF n. 204.071.572-04, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização: Despacho n. 1711/2020-PRES/GABDG, de 19/10/2020 (evento [0607467](#)) e Solicitação n. 262/2020/SAMES (evento [0585471](#)), de 15/09/2020, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente TERMO ADITIVO, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato nº 24/2019 (evento [0482208](#)) por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2021 a 01/01/2022.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total deste aditivo é de **2.160,00** (dois mil cento e sessenta reais).

Subcláusula única – As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do orçamento 2021 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento, atualmente em tramitação no Congresso Nacional PLN nº 28/2020-CN.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Art. 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Segunda da Carta-Contrato nº 24/2019.

DA RATIFICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 20 de outubro de 2020

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI Pela Contratada
Fábيا Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**ANEXO I DO ADITIVO N. 01 À CARTA-CONTRATO N.
24/2019/TRE-RO**

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor inicial da Carta-Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo e de supressão deste aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Carta-Contrato n. 24/2019, assinada em 28/11/2019 – Volume III do PA (evento n. 0482208). Vigência: 01/01/2020 a 01/01/2021. Valor: R\$ 2.160,00	R\$ 2.160,00	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em ____/10/2020 – Volume XI do PA (evento n. 0607999). Prorrogação contratual (02/01/2021 a 01/01/2022). Valor: R\$ 2.160,00	R\$ 2.160,00	

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI, Usuário Externo**, em 20/10/2020, às 08:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/10/2020, às 08:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 20/10/2020, às 09:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 20/10/2020, às 10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0607999** e o código CRC **FB14188E**.

0002306-16.2019.6.22.8000

0607999v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 20/10/2020 08:07:38.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

SOLICITAÇÃO Nº 262/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

À SAOFC

Informo que os serviços do Carta Contrato-24/2019, firmado com a Paz Ambiental Ltda., encerra-se dia 01/01/2021 e ao entrar em contato com empresa, a mesma manifestou-se favorável a renovação de acordo com o anexo([0585470](#)).

Solicito a SAOFC a realização dos procedimentos necessários para prorrogação do contrato.

Atenciosamente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **DAIANA MAZOTTI FERRAZ REIS, Chefe de Seção**, em 15/09/2020, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0585471** e o código CRC **6CC7F965**.

0002306-16.2019.6.22.8000

0585471v6

Criado por 007619602305, versão 6 por 012226812356 em 15/09/2020 10:28:53.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002306-16.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Carta-Contrato n. 24/2019 – Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA. – EPP. Análise primeira prorrogação e Termo Aditivo.

PARECER JURÍDICO Nº 225 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Tratam os autos de pretensão do Serviço de Assistência Médica e Social - SAMES ([0457854](#)), com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada em coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Após o certame a contratação foi efetivada com a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDS – EPP, CNPJ/MF nº 10.331.865/0001-94**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993.

02. O interesse na prorrogação do ajuste veio aos autos com a Solicitação 262/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0585471](#)), onde



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consta o encerramento do ajuste no dia 01/01/2021. A unidade ainda informa que a empresa foi consultada e manifestou-se favorável a renovação do ajuste ([0585470](#)), e por fim encaminha os autos a SAOFC para os procedimentos necessários ([0599870](#)).

03. Pelo Despacho n. 1501/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0587238](#)) o secretário da SAOFC encaminhou os autos para a programação orçamentária da despesa na COFC, a SECONT visando elaboração da minuta do Termo Aditivo e por último a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

04. A COFC informou nos autos que por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício de 2021 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2021, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 28/2020-CN](#). Mas registra que na elaboração da proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2021, processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação ([0585471](#)).

05. A Minuta do Primeiro Termo Aditivo foi juntada pela SECONT no evento [0603025](#). Assim instruídos os autos vieram a esta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1. DA PRORROGAÇÃO

06. A informação da unidade SAMES ([0585471](#)), gestora da contratação, supõe que a prorrogação por mais 12 meses, do contrato de prestação de serviços em comento, firmado entre este Tribunal e a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDS – EPP, CNPJ/MF nº 10.331.865/0001-94** é necessária.

07. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – a **prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (Negritou-se).

08. O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo as atividades do serviço médico deste Tribunal. Veja-se a classificação da Corte de Contas:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

09. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - “**iguais e sucessivos períodos**”. O presente contrato, vigente a partir de 1º/01/2020, com prazo de duração de 12 (doze) meses, será prorrogado pela primeira vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses, obedecendo tranquilamente o limite de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

10. O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosas para a Administração**.

11. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, referida aferição dever ser realizada por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

12. Contudo o TCU formulou recomendações à SLTI/MPOG e à AGU no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, consubstanciadas no **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário**. Entre essas, a Corte de Contas Nacional alterou seu



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tradicional entendimento, fixando a seguinte orientação no tocante à aferição da vantajosidade nas prorrogações dos contratos:

Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário:

9.1.17 a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, **dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

9.1.17.1 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

9.1.17.2 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

9.1.17.3 no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação forem inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução dos preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato; (negritou-se)

13. Referidas orientações foram normatizadas pelo **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, inicialmente por meio da Instrução Normativa 02/2008 e, posteriormente, pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017**, a qual revogou aquele normativo, cujo item 7 do Anexo IX, assim dispõe:

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;

14. Destarte, o contrato em análise preenche os requisitos normativos definidos no item supra do Anexo IX, da IN MPDG/SLTI nº 05/2017, uma vez que a Subcláusula Sétima da Cláusula Décima do ajuste em comento estabelece o reajuste em sentido estrito pela variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

15. Nesses termos, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Segunda da Carta-Contrato n. (0482208).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2. DA MINUTA DO 1º TERMO ADITIVO

16. A minuta do 1º Termo Aditivo, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

17. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, opina esta Assessoria pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, materializada em Termo Aditivo, mantidos os demais termos e condições pactuados, visto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, **condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada**.

18. Por fim, para cumprimento do art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carreada aos autos ([0603025](#)).

19. Ressalte-se, por relevante, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que não lhe incumbe regimentalmente pronunciar-se acerca de outras questões, dado o caráter eminentemente técnico do objeto.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 16/10/2020, às 13:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0606642** e o código CRC **DC578908**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 004891562321, versão 9 por 004891562321 em 16/10/2020 13:03:57.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002306-16.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Primeira prorrogação contratual da Carta-Contrato n. 24/2019 – Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA. – EPP.

DESPACHO Nº 1711 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES ([0457854](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada em coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante, para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela própria SAMES, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Após o certame, a contratação foi efetivada com a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDS – EPP, CNPJ/MF nº 10.331.865/0001-94**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993.

Mediante Solicitação 262/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0585471](#)), a unidade gestora da Carta-contrato n. 24/2019 comunica o encerramento do ajuste no dia 01/01/2021 e ainda informa que a empresa foi consultada e manifestou-se favorável à renovação do ajuste ([0585470](#)). Ao final, encaminha os autos à SAOFC, para os procedimentos necessários ([0599870](#)).

Por sua vez, o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou os autos, concomitantemente, à COFC, para programação orçamentária; à Seção de Contratos – SECONT, para elaboração de minuta de termo aditivo; e à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral – AJDG, para análise e emissão de parecer jurídico ([0587238](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento ao Despacho n. 1501/2020 ([0587238](#)), a COFC, pela Informação n. 187/2020 ([0587356](#)), noticia que a determinação para programação orçamentária dos valores alusivos à solicitação em referência, por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício 2021 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária dos valores alusivos a 2021 por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2021, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 28/2020-CN](#). Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2021 tramita no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação. Por esse motivo, deixou de juntar a programação orçamentária respectiva.

Para instruir o feito, a unidade gestora juntou aos a regularidade fiscal da empresa contratada com a Receita Estadual (0602593), Receita Federal ([0602596](#)), o Fisco Municipal ([0602599](#)), Justiça do Trabalho ([0602601](#)) e o FGTS ([0602608](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

A SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 01 à Carta-contrato n. 24/2019 (evento [0603025](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0603027](#)).

Recebidos os autos, a AJDG exarou o Parecer Jurídico n. 225/2020 ([0606642](#)), no qual concluiu pela possibilidade de prorrogação da Carta-contrato n. 24/2019 ([0482208](#)), por mais 12 (doze) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, materializada em Termo Aditivo, visto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, **condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada**. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0603025](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas, estando aptas, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela administração.

O Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, igualmente, manifestou-se pela possibilidade da prorrogação pretendida, pelo prazo de 12 (doze) meses ([0606808](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, observa-se que há previsão de prorrogação na Cláusula Segunda da Carta-contrato n. 24/2019, *ipsis litteris*:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA– A vigência desta Carta-Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 1º/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, limitado a 60 (sessenta) meses. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses):

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela SAMES deste Tribunal, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito "**iguais e sucessivos períodos**", asseverou a AJDG que o presente contrato, vigente a partir de 1º/1/2020, com prazo de duração de 12 (doze) meses, será prorrogado pela primeira vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses. Também, verifica-se, que o limite de vigência, previsto no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, não foi superado, pois essa será a primeira prorrogação.

Quanto ao último requisito "**preços e condições mais vantajosos para a Administração**", neste caso, devem ser aferidos de acordo com as orientações normatizadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, inicialmente por meio da Instrução Normativa 02/2008 e, posteriormente, pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Assim, o contrato em análise preenche os requisitos normativos definidos no item supra do Anexo IX, da IN MPDG/SLTI nº 05/2017, uma vez que a Subcláusula Sétima da Cláusula Décima do ajuste em comento estabelece o reajuste em sentido estrito pela variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

Destarte, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

requisitos legais e da previsão constante da Cláusula Segunda da carta-contrato originária, **esta Diretora-Geral autoriza a prorrogação da Carta-contrato n. 24/2019 (0482208)** por mais 12 (doze) meses, com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia da regularidade fiscal e trabalhista.

À SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 19/10/2020, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0607467** e o código CRC **A3D7F23F**.

0002306-16.2019.6.22.8000

0607467v16

Criado por 010141172305, versão 16 por 010141172305 em 19/10/2020
16:13:26.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ano 2020 - n. 215

Porto Velho, quinta-feira, 22 de outubro de 2020

15

conforme anexo 0552722, reutilizável, ajustável, com proteção de contato de testa em almofada de espuma confortável. Presilha de elástico, com marcação de borda na cor branca ou azul. Tamanho padrão para uso em adultos A higienização desta máscara pode ser feita com um pano e álcool. Lavável. Deverão ser entregues embaladas em sacos plásticos individualmente. Marca: Própria. Quant: 2.000; Vir. Unit R\$ 4,95. Valor total da Nota de Empenho: R\$ 9.900,00. Assinada por LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Amparo Legal: ARP 64/2020, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 29/2020/TRE-RO. Processo: SEI 0003135-60.2020.6.22.8000.

PROCESSO: SEI 0003131-23.2020.6.22.8000 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Espécie: Extrato da Nota de Empenho nº. 2020NE000854, de 20/10/2020. Contratada: ONADIR SERRATO JUNIOR. CNPJ nº 23.935.375/0001-49. Programa Trabalho: 02061003342690001. Natureza Despesa: 33.90.30.28. Objeto: Item 10 do Edital. FITA ADESIVA. Fita adesiva colorida para marcação de solo (para demarcação de distanciamento) rolo de fita com comprimento 30 m, largura 48 mm. Somente serão aceitas as cores verde, vermelha, azul e amarela. Fita autoadesiva em PVC. Marca: DELFIX. Quant: 2.080; Vir. Unit R\$ 16,00. Valor total da Nota de Empenho: R\$ 33.280,00. Assinada por LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Amparo Legal: ARP 61/2020, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 29/2020/TRE-RO. Processo: SEI 0003131-23.2020.6.22.8000.

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: SEI N. 0002306-16.2019.6.22.8000 - PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Espécie: Publicação do Extrato do 1º Termo Aditivo à Carta-Contrato TRE-RO n. 24/2019, assinado em 20/10/2020. Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA, CNPJ Nº 10.331.865/0001-94. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato nº 24/2019 por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2021 a 01/01/2022. Valor do aditivo: R\$ 2.160,00. Fundamentação: Art 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Segunda da Carta-Contrato nº 24/2019. Ato de Autorização DESPACHO n. 1711/2020 - PRES/DG/GABDG, de 19/10/2020. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pelo Contratada, a Senhora PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI.

RESULTADOS DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2020

PROCESSO Nº 0000066-20.2020.6.22.8000

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame as seguintes licitantes: DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - CNPJ 03.535.902/0001-10, grupo 1, valor R\$ 4.509.171,92 e AMM TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ 07.192.480/0001-89, item 6, valor R\$ 308.016,00. Superada a etapa recursal, o objeto foi adjudicado às vencedoras. Valor total do certame R\$ 4.817.187,92.

HERMENSON PEREIRA DA SILVA

Pregoeiro

4ª ZONA ELEITORAL

INTIMAÇÕES

Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (DJE/TRE-RO). Documento assinado digitalmente conforme MP n. 2.200-2/2001 de 24.8.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, podendo ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tre-ro.jus.br/>